

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.15 Empendimentos controlados em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e negócios em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis dos negócios em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.16 Normas novas que ainda não estão em vigor

a) IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que de acordo com modelo de negócio, a Companhia manterá as classificações para os ativos financeiros.

b) IFRS 15/CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes”: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11/CPC17 – “Contratos de Construção”, IAS 18/CPC 30 – “Receitas”, e correspondentes interpretações.

Devido à natureza das operações da Companhia, não são esperados ajustes significativos no reconhecimento de receitas.

c) IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

A Administração está avaliando os impactos desta nova norma e não estima mudanças significativas devido ao reduzido número de contratos de arrendamento que possui.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Revisão da vida útil e recuperação de propriedades, plantas e equipamentos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

4.2 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez.

A gestão de riscos é realizada segundo as políticas aprovadas pela Administração, que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de liquidez

Como a Companhia não dispõe de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	1.069			
Empréstimos e financiamentos	4.621	4.301	15.777	22.266
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	1.100			
Empréstimos e financiamentos	3.395	4.584	4.301	38.043

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial) subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro pode ser assim resumido:

	2017	2016
Total de empréstimos e financiamentos	25.265	25.946
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(292)	(712)
Dívida líquida (A)	24.973	25.234
Total do patrimônio líquido (B)	132.889	134.929
Total C = (A+B)	157.862	160.163
Índice de alavancagem financeira % D = (A/C)	16	16

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2017	2016
Ativos conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	292	712
Adiantamento a fornecedores	84	34
	376	746
Passivos conforme balanço patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (nota 10)	25.265	25.946
Fornecedores (Nota 9)	1.069	1.100
	26.334	27.046

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	60	493
Aplicações financeiras (i)	232	219
	292	712

(i) As aplicações financeiras se referem a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa de aproximadamente 70% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e podem ser resgatadas imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da Administração é fazer uso desses recursos no curto prazo.

7 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, que inclui os diretores, por serviços prestados durante o exercício de 2017 foi de R\$ 666 (Em 2016, R\$ 558).

8 Imobilizado

(a) Composição dos saldos

	Terras	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Obras em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro 2015	22.767				117.889		140.656
Aquisições (i)					30.569		30.569
Saldos em 31 de dezembro de 2016	22.767				148.458		171.225
Custo reavaliado, líquido	22.767				148.458		171.225
Valor residual	22.767				148.458		171.225
Saldos em 31 de dezembro 2016	22.767				148.458		171.225
Aquisições (i)			2		6.762	15	6.779
Alienações, líquidas de depreciação (ii)			(9.215)	(47)			(9.262)
Transferências entre contas patrimoniais (iii)		83.798	71.218	201	(155.220)	3	
Saldos em 31 de dezembro 2017	22.767	83.798	62.005	154		18	168.742
Custo, líquido	22.767	83.798	62.005	154		18	168.742
Valor residual	22.767	83.798	62.005	154		18	168.742
Taxas anuais médias de depreciação %		2,2	2,7	22,2		13,8	

(i) Em 2017 e 2016, as aquisições se referem, substancialmente, ao projeto de ampliação da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia.

(ii) O valor de R\$ 9.215 refere-se ao repasse oneroso das Linhas de Transmissão para Copel.

(iii) As transferências referem-se à ativação pela conclusão do Projeto de ampliação da UHE Salto Curucaca.

9 Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores nacionais	872	1.091
Partes relacionadas	188	
Outros	9	9
	1.069	1.100

10 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição dos saldos

	2017	2016
Em moeda nacional		
Circulante		
Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame PSI* (i)	1.993	681
	1.993	681
Não circulante		
Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame PSI* (i)	3.272	5.265
Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame (ii)	20.000	20.000
	23.272	25.265
	25.265	25.946

* PSI - Programa de Sustentação do Investimento.

(i) A Cédula de Crédito Bancário, no valor R\$ 5.946, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Companhia foi assinada em 12 de janeiro de 2015, com carência de 24 meses, tendo como encargos: juros de 6,0% a.a.

(ii) A escritura pública de contrato de abertura de crédito, no valor de R\$ 20.000, entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Companhia foi assinada em 11 de dezembro de 2015, com carência de 24 meses, tendo como encargos: juros de 6,5% a.a. mais correção monetária pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Esses créditos tem como finalidade concluir a expansão da geração de energia elétrica da usina Salto Curucaca, localizada em Guarapuava/PR, passando de 7,342 MW (não auditado) para 37,042 MW (não auditado) de capacidade instalada.

De acordo com o Instrumento Particular de Contrato entre os acionistas, datado de 30 de setembro de 2015, foi estabelecido que a responsabilidade pelo pagamento dos financiamentos será exclusiva do acionista Santa Maria Cia de Papel e Celulose e se dará através da integralização de capital por parte desse sócio.

(b) Cláusulas restritivas (*Covenants*)
O referido contrato de abertura de crédito não possui cláusula restritiva vinculada à manutenção de índices economico-financeiros.

(c) Composição por ano de vencimento

Ano	2017	2016
2018		1.993
2019	1.993	1.993
2020	1.993	1.993
2021	1.993	19.286
2022 acima	17.293	
	23.272	25.265

(d) Garantias

A Companhia ofereceu garantias reais de hipoteca, penhor de ações, penhor de direitos e fiança pelos fiadores, a saber: Santa Maria Cia de Papel e Celulose e Cooperativa Agrária Agroindustrial.

11 Uso do bem público

Conforme estabelecido na Resolução Autorizativa nº 2.803, de 1 de março de 2011, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como pagamento pelo uso do bem público objeto da Autorização, a Companhia recolherá à União, a partir da publicação dessa Resolução, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 241, até o final da outorga, estabelecido para 3 de dezembro de 2033, proporcional à sua participação no consórcio, sendo, Santa Maria 59,94%, Agrária 39,96% e Curucaca 0,10%, totalizando 100,00%.

O valor do pagamento pelo uso do bem público estabelecido nessa Resolução será alterado anualmente, utilizando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 4.087 referente ao Uso do Bem Público classificados no Ativo Intangível e sua contrapartida no Passivo, foram transferidos para os participantes do consórcio, que são: Santa Maria, Agrária e Curucaca, que possuem as participações de 59,94%, 39,96% e 0,10%, respectivamente, sendo transferido o valor proporcional a cada consorciada. A Companhia apresenta o valor de R\$ 4 contabilizado no passivo de longo prazo, referente a sua participação no Uso do Bem Público do consórcio.

12 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser remota a possibilidade de ocorrência de qualquer desembolso de caixa.

Adicionalmente, não há processos cuja probabilidade de perda seja classificada como possível, pelos assessores jurídicos externos, para o período mencionado acima.

13 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Santa Maria Cia de Papel e Celulose e a Cooperativa Agrária Agroindustrial acordaram fazer aportes ao investimento na linha de transmissão da Companhia, sendo realizados adiantamentos para futuro aumento de capital. Em 2016 foram realizados adiantamentos para construção das linhas de transmissão, pela Agrária, no valor de R\$ 7.726, totalizando o saldo de R\$ 10.129. Em 2017, foram realizados adiantamentos para construção das linhas de transmissão, pela Santa Maria, no valor de R\$ 2.708 e pela Agrária, no valor de R\$ 333. Foram baixados os valores de R\$ 9.215 referente a devolução por parte da Copel em função da construção das linhas de transmissão, que era de responsabilidade da própria Copel, o saldo remanescente ficou em R\$ 4.513, cuja expectativa de capitalização pelas acionistas é que ocorra em 2018.

	2017	2016
Adiantamento para contribuição das linhas de transmissão	4.513	10.129
	4.513	10.129

14 Adiantamentos de consorciadas

Os valores de R\$ 5.669, em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 349, em 31 de dezembro de 2016, se referem a adiantamentos realizados pela consorciada Santa Maria, para manutenção dos compromissos com fornecedores.

15 Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(2.721)	1.818
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	925	(618)
Outras exclusões (adições)	(925)	24
IRPJ e CSLL apurados		(594)
Correntes		(594)
IRPJ e CSLL apurados		(594)

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social é dividido em 150.000.000 ações ordinárias sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	Ações	
	2017	2016
Santa Maria Cia de Papel e Celulose	90.000.000	90.000.000
Cooperativa Agrária Agroindustrial	60.000.000	60.000.000
	150.000.000	150.000.000

Em 2017, houve integralização de capital no valor de R\$ 681 (Em 2016, R\$ 360), conforme movimentação abaixo:

Capital social em 31 de dezembro de 2015	123.694
Integralização feita pela Agrária	360
Capital social em 31 de dezembro de 2016	124.054
Integralização feita pela Santa Maria	681
	124.735
Capital social em 31 de dezembro de 2017	124.735

Em 31 de dezembro de 2017, o capital integralizado pela Santa Maria Cia. de Papel e Celulose na Companhia é de R\$ 74.404, conforme apresentado no quadro a seguir. O saldo remanescente a ser integralizado no valor de R\$ 25.265 será aportado mediante pagamento de principal e juros dos financiamentos tomados pela Companhia, conforme cronograma de amortização do referido financiamento. A Companhia reconheceu ainda um ágio na integralização de capital no valor de R\$ 9.669 referente as despesas incorridas na reconstrução da UHE Salto Curucaca, que foram assumidas integralmente pela acionista Santa Maria Cia de Papel e Celulose.

	Número de Ações	Valor subscrito em R\$ mil	Valor integralizado em R\$ mil	% do capital
Santa Maria Cia de Papel e Celulose	90.000.000	90.000	64.735	51,90
Cooperativa Agrária Agroindustrial	60.000.000	60.000	60.000	48,10
	150.000.000	150.000	124.735	100,00

(b) Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, deverão ser distribuídos 25% do lucro como dividendos mínimos, após a compensação de prejuízos acumulados. Em 2017 não houve distribuição de lucro.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Retenção de lucros

A retenção de lucros é constituída pelo saldo dos lucros apurados no exercício depois da distribuição para reserva legal e distribuição dos dividendos, por deliberação da assembleia.

17 Receitas

	2017	2016
Receita bruta de vendas		
Mercado interno (i)		3.300
Tributos sobre vendas		(305)
Receita líquida das vendas		2.995

(i) Faturamento da energia gerada em fase de testes pré-operacionais disponibilizados ao mercado e liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).